



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 80\$

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

A 3 séries	Ano 210\$	Semestre	130\$
A 1. ^a série	90\$	"	48\$
A 2. ^a série	80\$	"	43\$
A 3. ^a série	80\$	"	43\$

Aviso: Número de duas páginas 80\$;
de mais de duas páginas 80\$ por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2450 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.^a e 2.^a do artigo 2.^o do decreto n.^o 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

AVISO

Todos os assinantes do «*Diário do Governo*» cujas assinaturas terminem no dia 30 do corrente são prevenidos de que as devem renovar até esse dia, a fim de não sofrerem interrupção na remessa. Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 240\$ por ano ou 130\$ por semestre

A 1. ^a série: 90\$	"	48\$	"
A 2. ^a série: 80\$	"	43\$	"
A 3. ^a série: 80\$	"	43\$	"

Para o estrangeiro ou colónias que não sejam da África Ocidental acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Ministério da Marinha:

Portaria n.^o 4:424 — Cria os cargos de chefe do serviço de torpedos na flotilha ligeira e chefe do serviço de minas.

Portaria n.^o 4:425 — Fixa a lotação do cruzador *Adamastor* para o estado de completo armamento.

Ministério do Trabalho:

Decreto n.^o 10:845 — Torna extensivas ao pessoal do Manicómio Boa-Baixa, serviços de hospitalização anti-rúbica e anti-difterica do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e Hospital Escolar de Santa Marta as disposições dos decretos n.^o 10:414 e 10:602.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Intendência do Pessoal

Portaria n.^o 4:424

Sendo da maior conveniência assegurar quanto possível a eficiência do serviço de torpedos e minas da esquadra de operações: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que sejam criados os cargos de chefe do serviço de torpedos na flotilha ligeira e chefe do serviço de minas.

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1925.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Portaria n.^o 4:425

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação do cruzador *Adamastor*

para o estado de completo armamento passe a ser constituída pela forma seguinte:

Oficiais

Capitão de fragata, comandante	1
Capitão-tenente	1
Primeiros ou segundos tenentes	4
Primeiro ou segundo tenente médico	1
Primeiro tenente engenheiro maquinista	1
Segundo tenente engenheiro maquinista	1
Guardas-marinhas engenheiros maquinistas	2
Primeiro tenente da administração naval	1

12

Sargentos e praças

Brigada de marinheiros:

Sargento ajudante de manobra	1
Primeiro sargento de manobra	1
Segundos sargentos de manobra	2
Sargento artífice carpinteiro	1
Sargento enfermeiro	1
Cabo sinaleiro	1
Marinheiros sinaleiros	3
Cabos de manobra	3
Marinheiros de manobra	8
Grumetes de manobra	30
Despenseiros	3
Primeiros cozinheiros	2
Segundos cozinheiros	2
Criados de câmara	4
Padeiro	1
Clarins	2

65

Brigada de artilheiros:

Sargentos artilheiros	6
Cabos artilheiros	2
Marinheiros artilheiros	25

33

Brigada de mecânicos:

Sargentos ajudantes condutores de máquinas	2
Primeiros sargentos condutores de máquinas	4
Segundos sargentos condutores de máquinas	3
Sargento torpedeiro	1
Sargento telegrafista	1
Marinheiros torpedeiros	4
Marinheiros telegrafistas	4
Cabos fogneiros	5
Marinheiros fogueiros	21
Grumetes fogueiros	20

65

Total 175

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1925.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa

Decreto n.º 10:845

Considerando que, pelo artigo 158.º do decreto-lei n.º 4:563, o Manicómio Bombarda, os serviços de hospitalização anti-rábica e anti-diftérica do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e Hospital Escolar de Santa Marta estão administrativa e financeiramente anexados à Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, até que na Faculdade de Medicina se organizem os serviços administrativos autónomos;

Considerando ser de justiça e de conveniência para a regularidade do serviço que, enquanto durar a referida situação, os decretos n.ºs 10:414 e 10:602, respectivamente de 27 de Dezembro de 1924 e 14 de Fevereiro de 1925, sejam aplicados àqueles estabelecimentos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros da Instrução Pública e Trabalho, e tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São aplicáveis ao pessoal do Manicómio

Bombarda, serviços de hospitalização anti-rábica e anti-diftérica do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e Hospital Escolar de Santa Marta as disposições dos decretos n.ºs 10:414 e 10:602, respectivamente de 27 de Dezembro de 1924 e 14 de Fevereiro de 1925.

§ único. A competência que pelos referidos decretos é atribuída ao director geral dos Hospitais Civis de Lisboa será conferida aos directores privativos daqueles estabelecimentos e serviços, com respeito às mudanças de situação e licença do pessoal que seja da sua nomeação.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1925.—MANUEL TEIXEIRA GOMES — Vitorino Máximo de Carvalho Guimardes — Vitorino Henriques Godinho — Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho — António Nogueira Mimoso Guerra — Fernando Augusto Pereira da Silva — Joaquim Pedro Martins — Frederico António Ferreira de Simas — Henrique Monteiro Correia da Silva — Rodolfo Xavier da Silva — Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia — Francisco Coelho do Amaral Reis.